

Liberalismo político

Os liberais são os artífices do governo representativo. A singularidade de tal circunstância reside no fato de que essa instituição não resultou de nenhuma elaboração teórica prévia. Ao contrário, seria fruto da generalização de uma experiência dramática, vivida pela Inglaterra no século XVII. Ainda que não seja o caso de caracterizá-la exaustivamente, é imprescindível tê-la presente na medida em que iria marcar em definitivo a doutrina liberal: ***a permanente atenção ao curso histórico.***

Na Inglaterra do século XVII, tratava-se de assegurar a sobrevivência do Parlamento que a nova Casa Reinante (Stuarts), a partir do segundo de seus monarcas (Carlos I), passou a ignorar. Nesse confronto, o país foi levado à guerra civil de que resultou a execução do Rei, a abolição da Monarquia e a instauração de regime (denominado Commonwealth) que pretendia inaugurar governo do Parlamento. A experiência não deu certo, culminando com uma ditadura (de Oliver Cromwell; 1599/1658). Com a sua morte, voltam os Stuart ao poder e, progressivamente, os conflitos precedentes.

Coube a John Locke (1632/1704), como porta-voz da liderança *whig* (mais tarde passaram a ser chamados de *liberais*), proceder à identificação dos equívocos cometidos na fase precedente, isto é, porque não dera certo e como conceber a requerida instituição, a fim de ser empreendida uma nova investida. Em síntese, o governo de Cromwel não fora capaz de identificar quem deveria ter a prerrogativa de eleger representantes ao Parlamento. Segundo a liderança *whig* devia estar limitada à classe proprietária. Somente esta dispunha de meios de resistir às pressões (e tentações) do Monarca. Além disto, não soube dividir atribuições. Ao Parlamento compete elaborar as leis e zelar por seu cumprimento. Quanto à incumbência de executá-las, deveria de fato ter cabido ao Monarca. Aquela liderança estava de posse da teoria da separação dos poderes.

Dando conta da incumbência, Locke elaborou um texto que passou á história com o nome de *Segundo Tratado do governo civil*. De posse desse texto, os *whigs* conseguiram unificar o ponto de vista da elite e lançar-se à Revolução de 1688, que foi batizada de Gloriosa. Começa então a experiência do governo representativo. Aprovou-se a Carta dos Direitos (*Bill of Rights*), a partir da qual o novo regime passou a ser denominado de Estado Liberal de Direito ou simplesmente Estado de Direito. Somente a posteridade iria considerar ao *Segundo Tratado* como a primeira versão da doutrina liberal. O próprio Locke entendia que, com a Revolução Gloriosa, sua tarefa esgotara-se.

A partir dessa experiência inicial, os liberais passaram a ser identificados com o que se firmaria como *sistema democrático representativo*. No último quartel do século XVIII inicia-se a Revolução Industrial, dando nascedouro ao capitalismo --também designado como *economia de mercado*--, que daria nascedouro a outra dimensão da doutrina: o *liberalismo econômico*. Ainda em decorrência do curso histórico, os liberais tiveram que desenvolver o seu próprio modelo de seguridade social, distinto do modelo socialista, cuja superioridade tem se tornado patente nas décadas recentes. Enfim, a doutrina liberal completar-se-ia em diversos aspectos: representação política; partido político; conteúdo das liberdades civis; etc. Tudo isto requer que o seu pleno conhecimento requeira aproximações sucessivas. Ao introduzir a questão, destacamos os tópicos seguintes.

1.Indicações de caráter histórico

As principais correntes políticas contemporâneas formam-se a partir da consolidação do sistema representativo na Inglaterra, no século XVIII e, subseqüentemente, da sua

disseminação no continente europeu e daquilo que se denominou de “democratização da idéia liberal” ou democratização do Estado Liberal de Direito. Originariamente, o sistema representativo não era democrático. Os seus partidários receberam a denominação de liberais, embora se dividissem desde logo em duas agremiações políticas, chamadas respectivamente de Partido Liberal e Partido Conservador. O conservadorismo liberal nada tem a ver com o conservadorismo de inspiração católica, também conhecido como tradicionalismo. Este, ao longo do século XIX, recusou frontalmente o liberalismo e o capitalismo e acabou propondo o chamado *corporativismo*, que desembocaria no fascismo, na Itália, e no franquismo e no salazarismo na Península Ibérica, embora os católicos não possam ser responsabilizados diretamente por esse desfecho. No último pós-guerra, sob a liderança de Alcides De Gasperi (1881-1954), na Itália, e Konrad Adenauer (1876-1967), na Alemanha, passam a aceitar o capitalismo e o Estado Liberal de Direito, dando nascedouro à democracia cristã. Após a estruturação da Comunidade, a democracia cristã formou o Partido Popular Europeu que corresponde a uma franca aproximação à doutrina liberal.

Com a Revolução Industrial e o aparecimento das fábricas, forma-se a corrente socialista. No Ocidente, afeiçãoou-se ao sistema representativo mas deu origem a uma vertente oriental, na Rússia, influenciada pelo despotismo tradicional naquela parte do mundo. É certo que muitos autores consideram que aquela corrente, autodenominada de comunista, nada teria a ver com o socialismo ocidental, sendo mais legítimo filiá-la ao denominado *patrimonialismo*, expressão da burocracia estatal, firmada ali onde não surgiu o sistema representativo (Prússia, Rússia e também na Península Ibérica).

O socialismo ocidental, por sua vez, evoluiu para o que se chamou de social democracia, que renuncia ao socialismo (como busca de uma sociedade sem classes) e aposta no aprimoramento do capitalismo. Na última década do século passado, a maioria dos Partidos Socialistas europeus havia aderido a essa proposta.

2. Os grandes ciclos do liberalismo

Em sua origem, a doutrina liberal não teve essa denominação. Os *whigs*, que eram na Inglaterra os tradicionais defensores do Parlamento e, desde John Locke, do governo representativo, somente a adotaram depois das reformas eleitorais de 1832, quando aparecem com o nome de Partido Liberal. Os seus oponentes – até então conhecidos como *tories* -- escolheram a denominação de Partido Conservador. Nessa altura já se haviam convertido ao liberalismo, isto é, de defensores das prerrogativas do Monarca passaram a sustentar o sistema onde o poder origina-se na representação. De sorte que o termo *liberal* serve tanto para referir-se a uma tendência dentro do liberalismo como ao conjunto da corrente, isto é, compreendendo os conservadores.

Ao longo da história, o movimento liberal experimenta mudanças significativas. Sofreu igualmente a influência das tradições culturais daqueles países onde conseguiu consolidar as instituições do sistema representativo.

Grosso modo, poderiam ser distinguidos estes grandes ciclos:

I) Período de configuração da doutrina, em que se definem as características básicas e amadurece a formulação teórica, diferenciando-o de modo integral e definitivo do autoritarismo monárquico (e de toda espécie de autoritarismo e totalitarismo), ao mesmo tempo em que se sedimenta a sua prática, unicamente na Inglaterra. Nessa fase, contudo, o liberalismo não é democrático, desde que só à elite proprietária reconhece o direito de fazer-se representar. O corpo eleitoral se compunha dos que eram possuidores

de determinados bens, capazes de assegurar a sua independência em relação ao Estado, exigência que, no nosso país, no Império, e em diversos outros, chamava-se *censo*.

II) Período de democratização da idéia liberal, iniciado com as Reformas Inglesas; a primeira teria lugar em 1832. Nessa fase, o grande desafio consiste em distinguir-se do *democratismo*, filiado à Revolução Francesa – de que resultou grande desmoralização dos ideais democráticos –, já que se revelara incapaz de promover a estabilidade política. A recuperação do valor desses ideais advém sobretudo da obra do pensador francês Alexis Tocqueville (1805/1859) e da liderança de William Gladstone (1809/1898). Com o livro *A democracia na América* (1835), Tocqueville comprovou que a experiência americana demonstrava a viabilidade (e a superioridade) da democracia, nada tendo a ver com essa prática a (repudiada) experiência francesa. Como Primeiro Ministro, na Inglaterra, Gladstone estendeu progressivamente o sufrágio, o que permitiu verificar que não conduzia à anarquia, como se supunha. O processo em causa está concluído com a adoção do sufrágio universal (masculino), na última década do século XIX, sucessivamente ampliado para, finalmente, fixar a igualdade entre homens e mulheres, em 1928.

III) Na própria fase de democratização da idéia liberal, emerge a chamada questão social. O liberalismo – e não o socialismo, como geralmente se supõe – é que firmou uma longa tradição de ingerência pública para atender a situações de indigência e, subseqüentemente, no sentido de assegurar aos trabalhadores participação crescente nos resultados do aumento da produtividade. Essa linha culmina com o keynesianismo, que neste pós-guerra elimina o fenômeno das crises cíclicas, um dos defeitos da fase anterior do capitalismo, sem embargo de que emergem outras dificuldades, como ocorre inevitavelmente em toda obra humana.

IV) Presentemente, a plataforma liberal busca reencontrar-se com as suas origens. O feito notável do liberalismo consistiu em ter conseguido fazer valer os direitos do indivíduo perante a onipotência do Estado. Em consequência das políticas keynesianas, de um lado, e, de outro, da ascensão aos governos europeus de socialistas e sociais-democratas, o Estado voltara a agigantar-se e assumir feição ameaçadora das conquistas liberais. O grande debate teórico de nossos dias dá-se precisamente em torno desse ponto, notadamente em face da crise econômica em curso, atribuída à política então introduzida, questão que examinaremos quando considerarmos o tema *liberalismo econômico*.

O liberalismo também se deixou influir pelas tradições culturais dos respectivos países. Na Inglaterra, os trabalhistas estabeleceram uma grande aproximação com os liberais, desde a fase em que se estruturavam como agremiação política, quando elegiam sua representação na legenda liberal. Essa aproximação acentuou-se com o keynesianismo, a ponto de se terem esmaecido as fronteiras que os separavam. O Partido Conservador é que se dispôs à defesa do capitalismo. Deste modo, na medida em que a luta se trava em torno de preferências por um ou outro dos sistemas econômicos, o embate se dá entre os Partidos Conservador e Trabalhista. Ao fundir-se, em 1988, com o Partido Social Democrata (surgido no começo da década como uma dissidência dos trabalhistas), desaparece o tradicional Partido Liberal –que tantos serviços prestara a essa corrente--, agora denominado de Liberal-Democrata. Na medida em que passa a representar a social democracia, atua na mesma faixa dos trabalhistas, que francamente aderiram ao que passou a ser conhecido como “terceira via”. De sorte que, naquele País, as bandeiras do liberalismo acham-se mais identificadas com os conservadores.

No continente, o conservadorismo deixou-se permear pelo tradicionalismo católico, o que facilitou grandemente o aparecimento de regimes totalitários em seguida à Primeira

Guerra. Neste pós-guerra, aqueles conservadores agrupam-se na bandeira da Democracia Cristã e têm gradativamente se aproximado das doutrinas liberais. Ao longo de todo o processo, os Partidos Liberais – que nem sempre tinham essa denominação, chamando-se de Partido Radical em alguns países – cerraram fileiras em torno das liberdades democráticas e com estas se identificaram muito mais do que propriamente com o keynesianismo. A exemplo da Inglaterra, essas últimas agremiações perderam expressão.

Nos Estados Unidos, os socialistas tiveram reconhecida influência nos anos trinta, mas nunca chegaram a constituir uma grande agremiação partidária. Ao mesmo tempo, os liberais identificaram-se plenamente com o keynesianismo. De tudo isto resulta que a denominação de *liberal* equivale praticamente à de social democrata isto é, os liberais contribuíram para expandir os tentáculos do Estado, o que, na tradição cultural norte-americana, seria uma espécie de traço exclusivo do socialismo. Os liberais, no sentido tradicional do termo, são os conservadores. No seio destes apareceu nas últimas décadas o movimento renovador denominado *neoconservadorismo*.

Em conclusão, neste começo de milênio o liberalismo, o socialismo e a social democracia são as principais correntes políticas do Ocidente. O comunismo não está referido ao Ocidente e, embora sobrevivam seus partidários, não dispõe de qualquer proposta digna de consideração. Na medida em que o Partido Popular Europeu se torne a nova versão da proposta liberal – e conquiste a adesão, como se espera, dos conservadores liberais – o velho conservadorismo deixa de ter expressão. Essa circunstância não impedirá, certamente, que na Europa ocorra um novo surto de reacionarismo extremado, diante da incapacidade do sistema de enfrentar problemas como a violência e a imigração descontroladas. Naturalmente ainda não se tornou algo de ameaçador, contudo, não deixa de causar espécie o fenômeno do reaparecimento de correntes afeiçoadas ao nazismo, contando com apoio popular como se verifica na Áustria e, ainda que com menos intensidade, na própria Alemanha.

Saiba mais

.Avanços teóricos destacáveis no século XX

Durante o século XX ocorreram importantes desenvolvimentos da doutrina liberal. Ubiratan Macedo (1937/2007) teve oportunidade de referir a bibliografia que os reflete – no livro *O liberalismo moderno*, editado pelo Instituto Tancredo Neves (1997). Entre as relevantes contribuições recentes cabe chamar a atenção para a importância das teses desenvolvidas por John Dewey (1859/1952) e Ralf Dahrendorf (nascido em 1929) que, respectivamente, evidenciaram os papéis que a educação e o conflito social desempenham no processo democrático, bem como o texto de Max Weber (1864/1920) sobre a vocação do político e o livro de Norberto Bobbio (1909/2004) abordando o futuro da democracia.

Contudo, o que há de mais destacado nessa matéria é o ataque brutal, que ameaçou a sua própria sobrevivência, decorrente do surgimento dos totalitarismos nazista e soviético. O primeiro teve que ser enfrentado no plano militar e, o segundo, acabou sendo vencido pela incapacidade de enfrentar a competição com o capitalismo. Por certo, nesse embate não se pode deixar de levar em conta o caráter decisivo da atuação de muitos estadistas, a exemplo de Franklin Delano Roosevelt e Winston Churchill.

O enfrentamento da ameaça totalitária exigiu também elaboração teórica de grande envergadura. Três são os pensadores de maior destaque na matéria: John Maynard Keynes (1883/1946); Raymond Aron (1905/1983) e Karl Popper (1902/1994). Keynes

encontrou a modalidade de superação do *laissez-faire* que não se traduzisse na substituição do capitalismo – como advogavam não só o elemento totalitário (comunista) como o socialismo democrático ocidental. Popper e Aron elaboraram os conceitos –chaves, aptos a derrotá-los no plano teórico.

Em relação a Keynes, considerou-se mais adequado tratar de sua colaboração quando nos ocuparmos do *liberalismo econômico*. Apresenta-se adiante o essencial das contribuições teóricas de Aron e Popper.

Raymond Aron (1905/1983)

Raymond Aron é autor de obra verdadeiramente monumental, iniciada ainda na década de trinta, por volta dos trinta anos de idade. Durante a Segunda Guerra teve de interrompê-la desde que integrou a resistência francesa à ocupação alemã, retomando-a no período subsequente e até o seu falecimento (1983). Além da obra teórica, na imprensa e no movimento político em geral travou uma luta sem quartel contra a ameaça soviética que pairava sobre a Europa, enfrentando por vezes de modo isolado a ascendência esmagadora que o marxismo alcançou na França. Nas *Memórias*, aparecidas pouco antes do falecimento, registra e comenta o essencial desse embate.

Terminada a guerra, Aron passa a trabalhar como jornalista profissional no importante periódico *Figaro*. Escreveu regularmente nesse jornal durante trinta anos (de 1947 a 1977).

Nesse período, apoiou firmemente as reformas de De Gaulle e engajou-se na causa da Europa. No fortalecimento da unidade, dos países que não haviam caído sob o jugo comunista, enxergava a única hipótese de enfrentamento da ameaça soviética. Da tribuna do jornal conservador prestou inestimável serviço à causa da democracia.

Em 1955, inscreve-se em concurso para ocupar uma cátedra (sociologia) na Sorbonne, sendo aprovado. Ali teve oportunidade de criar uma corrente autônoma, atenta aos valores, ao arripio da tradição da “sociologia francesa”. A partir de 1969, transfere-se para o Collège de France.

Aron começa por elaborar uma substancial obra filosófica, versando a teoria da história. Conseguiu dar forma acabada à denominada “teoria neokantiana da história”, nestes livros: *Essai sur une théorie de l’histoire dans l’Allemagne contemporaine; la philosophie critique de l’histoire* (1938; sucessivamente reeditado); *Introduction a la Philosophie de l’Histoire. Essai sur les limites de l’objectivité historique* (tese de doutoramento, 1938; editada como livro em 1981) e *Dimensions de la conscience historique* (1960).

Outra esfera do saber em que deixou-nos uma notável contribuição reside nas relações internacionais. O texto fundamental em que apresenta sua teoria apareceu em 1962 (*Paix et guerre entre les nations*, traduzida ao português), complementando-a pela análise da doutrina de Clausewitz (*Penser la guerre*, 2 vols., 1976).

Em seus cursos da Sorbonne deu forma a uma sociologia, inspirando-se sobretudo em Max Weber, que daria origem a uma corrente sociológica apta a contrapor-se à chamada “sociologia francesa”, caudatária do marxismo. Entre aqueles que reviu para publicação, destacam-se *Dix-huit leçons sur la société industrielle* (1962); *La lutte de classes* (1964); *Democratie et totalitarisme* (1966) e *Les étapes de la pensée sociologique* (1967). Nesta mesma linha publicou ainda diversos livros, entre estes *La sociologie allemande contemporaine* (sucessivamente reeditado); *Trois essais sur l’âge industrielle* (1966) e *De la condition historique de la sociologie* (1970). Estão traduzidos no Brasil as *Etapas do pensamento sociológico* (1970) e uma coletânea muito difundida que foi intitulada *Ensaio de sociologia*.

Aron tratou especificamente do tema da adesão ao sistema soviético dos intelectuais que, não sendo comunistas dispunham-se a exaltar seus supostos êxitos econômicos, atribuindo-lhe superioridade em relação ao sistema capitalista. Pretendiam ser “progressistas”, isto é, expressar a aceitação daquilo que corresponderia à inevitável evolução da humanidade. Para identificá-los plenamente, transcreve trechos do período da guerra fria de figuras eminentes do mundo católico, colaboradores da consagrada revista *Esprit*, como Jean-Marie Domenach, Albert Béguin, ou tidos como independentes, a exemplo de Maurice Duverger, passando naturalmente por Jean Paul Sartre. Ainda que não tivesse ocorrido o fim desse sistema, que revelaria toda a mistificação a que correspondia (Kolakowski batizou-o de a grande mentira), na década de setenta já se tornara difícil negar a incapacidade do comunismo de proporcionar bem estar material, para não falar da evidência do caráter totalitário do regime.

Nas *Memórias* pergunta porque espíritos de qualidade perdem o bom senso, mesmo quando não aderem seja ao marxismo seja ao marxismo-leninismo. *O ópio dos intelectuais* (traduzido e editado no Brasil) teve o mérito de demonstrar que eram vítimas de mitologia banal e pueril. Os mitos apontados são os da *esquerda*, do *proletariado* e da *revolução*.

No que se refere ao mito da esquerda, escreve Aron: “Não neguei que se pudesse distinguir, na Assembléia, uma direita e uma esquerda. O que negava era a existência de uma esquerda eterna, através das diversas conjunturas históricas. Animada pelos mesmos valores, unida nas mesmas aspirações”. Cita situações em que, na própria história da França, se torna patente a ausência de homogeneidade entre agrupamentos arrolados como tais. Pode ser comprovado simplesmente constatando a frequência com que se apela à “unidade da esquerda”.

E prossegue: “Do mesmo modo, a propósito da revolução e do proletariado, esforcei-me por reduzir a poesia ideológica à prosa da realidade. A classe operária constitui “autêntica inter-subjetividade”? Pode tornar-se a classe dirigente? É libertada quando um partido exerce o poder absoluto em seu nome, mas despojando-a dos instrumentos da relativa e parcial liberação, conquistados na democracia capitalista? Porque a revolução enquanto tal constitui um bem? O “mito da revolução” serve de refúgio ao pensamento utópico, torna-se intercessor misterioso, imprevisível, entre o real e o ideal. A violência atrai, fascina. O trabalhismo e a “sociedade escandinava sem classes” jamais encontraram, junto à esquerda europeia, sobretudo francesa, o prestígio alcançado pela Revolução russa, a despeito da guerra civil, dos horrores da coletivização e dos grandes expurgos. É necessário dizer a *despeito* ou *por causa*?”.

Talvez se possa afirmar que, no combate à influência marxista, sejam mais importantes suas contribuições ao desenvolvimento da sociologia, a partir da premissa fundamental de Weber quanto à imprevisibilidade das consequências da valoração, no estudo da ação humana, impeditiva da transformação da história numa ciência exata. Nesse particular, sua obra é fundamental na recuperação do espírito da historiografia clássica.

Enquanto Weber tratou de evidenciar o significado da criação humana no plano cultural – negada pelo marxismo, a exemplo da religião e da moral –, Aron atacou o âmago do marxismo, ou seja, a exaltação da luta de classes como motor da história, conduzente à ditadura do proletariado. Explica Aron: “Chocava-me o contraste (e a similitude) entre as teorias da classe dirigente e a das classes sociais. O fascismo italiano utilizou amplamente a concepção Mosca-Pareto da classe dirigente, enquanto os marxistas somente conheciam a das classes sociais; confundiam a classe socialmente dominante com a classe dirigente. Ora, o Partido Bolchevique, detentor do poder, representa não a classe operária mas uma classe dirigente, elevada ao primeiro plano após a eliminação da antiga classe dirigente”.

Nessa linha de meditação, Aron irá precisar o conceito de *sociedade industrial*, em confronto com as precedentes. Apontará como nota distintiva o crescimento baseado na elevação da produtividade do trabalho. Ao contrário dos analistas que se revelavam incapazes de adotar uma atitude crítica, diante da propaganda soviética, Aron irá demonstrar que, na construção dessa sociedade, não havia indícios efetivos de superioridade soviética sobre a ocidental. Exemplifica com os que chegaram a afirmar que o pão seria distribuído gratuitamente na União Soviética, impossível de acontecer dada a baixa produtividade do trabalho agrícola ali verificada. Para quem quisesse ver, era flagrante o atraso da agricultura russa. Em sua visita aos Estados Unidos nos anos cinqüenta, Krushov revelou o seu espanto com a existência do milho híbrido. A Rússia então deblaterava contra a teoria genética e logo se viu o resultado: de tradicional exportador de grãos antes da Revolução, o país tornou-se grande importador.

Os textos sobre a sociedade industrial, antes referidos, serviram para demonstrar não só a inexistência da alardeada superioridade soviética, em matéria de organização do processo produtivo, como também que a característica distintiva do regime situava-se no plano político. E aqui as evidências demonstravam que as denúncias do stalinismo não conduziram a alterações substanciais, já que o sistema cooptativo em vigor baseava-se também na presença de Estado policial implacável que, para usar a feliz expressão de Hannah Arendt, transformara o povo russo em massa amorfa, privada de qualquer espécie de solidariedade, onde as pessoas não confiavam umas nas outras.

Assim, graças a Aron, a sociologia francesa deixou de ser uma espécie de “samba de uma nota só”, simples repetidora das teses centrais da vulgata marxista, dando lugar a uma alternativa atenta ao valor e à presença da cultura. Em nossos dias, essa evidência é comprovada, entre outras, pelo vigor e a fecundidade da obra de Raymond Boudon.

Karl Popper (1902/1994)

Karl Popper contribuiu direta e indiretamente para o enriquecimento da doutrina liberal no século XX. Neste último caso, embora o liberalismo não pretenda apostar numa determinada filosofia, na medida em que preconiza o pluralismo nessa matéria, tudo quanto possa obstá-lo lhe diz respeito. O marxismo é o exemplo mais flagrante. A par disto, embora o positivismo tomado na acepção inglesa não busque o confronto com o sistema democrático representativo, as versões continentais européias, que mais diretamente influíram no Brasil, acabaram numa franca aliança com o marxismo, tornando-se, portanto potencial ameaça à democracia e à liberdade. A filosofia da ciência de Karl Popper representou um golpe de morte contra a proliferação do caldo de cultura em que se nutrem positivismo e marxismo para reduzir a ciência a um conhecimento dogmático a seu serviço.

Karl Popper era austríaco de nascimento e emigrou de sua pátria, em 1935, a fim de escapar ao nazismo, primeiro para a Inglaterra e depois para a Nova Zelândia. A partir de 1949 radica-se na Inglaterra, onde cria, na London School of Economics, um grupo de estudiosos da filosofia das ciências que viria a se tornar um dos mais importantes do Ocidente.

Popper contribuiu grandemente para superar a visão oitocentista que se tinha da ciência, segundo a qual repousava na observação, sendo o método indutivo sua base primordial. Inverteu essa relação ao reconstituir minuciosamente o trabalho do cientista, no livro que denominou de *Lógica da Investigação Científica* (1935). A ciência parte de hipóteses, formuladas por quem está habilitado a fazê-lo, estando sujeitas à refutação. Ao mesmo tempo, submeteu a indução a uma crítica demolidora. Assim, em suas mãos a ciência deixa de ser algo dogmático e conclusivo para exercitar-se em limites

perfeitamente estabelecidos, além de experimentar avanços e recuos. Sua obra como filósofo das ciências é integrada por significativo conjunto de textos, entre os quais destacam-se, além do livro citado, *Conjecturas e Refutações: o desenvolvimento do conhecimento científico* (1962) e *Conhecimento Objetivo* (1972). Nos últimos anos de vida publica o que chamou de *Post Scriptum* à sua meditação sobre as ciências. Essa parcela de sua obra, pelo que tem de mais representativo, está traduzida para o português.

Deste modo, as contribuições de Popper relativas à filosofia da ciência tiveram um papel altamente positivo no tocante à preservação do pluralismo cultural e, portanto, na sobrevivência de ambiente favorável às idéias centrais da doutrina liberal no tocante aos institutos básicos da democracia representativa. A par disto, impossibilitou grandemente que seja o marxismo seja o positivismo tivessem a possibilidade de continuar arvorando a falsa alegação de que suas teses seriam de natureza científica.

Do ponto de vista da preservação do sistema democrático representativo, seu livro *A sociedade aberta e seus inimigos* desempenhou papel fundamental. Apareceu num momento (1945) em que o caráter totalitário do regime soviético ficara obscurecido em decorrência da aliança da União Soviética com o Ocidente, contra o nazismo. Logo adiante, na medida em que os russos logram impor o seu odioso sistema a sucessivos países no Leste europeu, a pertinência do alerta de Popper iria tornar-se evidente, assegurando o sucesso da obra e a sua sucessiva reedição.

Para muitos segmentos da sociedade, a União Soviética estava associada ao socialismo, criação ocidental francamente caudatária da tradição cristã. Os fundadores do socialismo, no século XIX, vincularam-no à idéia cristã da fraternidade universal. Ao mesmo tempo, entretanto, tinha-se consciência de que o bolchevismo inseria uma componente despótica inquestionável, amesquinhadora da pessoa humana, entrando em franca contradição com o cristianismo. Os socialistas alemães, ao longo da década de 20, advertiram quanto à verdadeira característica do regime soviético, movendo uma crítica demolidora, notadamente às idéias de “socialismo científico” e “ditadura do proletariado”. Contudo, nos anos 30, ao formar inicialmente contra o nazismo, os russos e seus seguidores no Ocidente turbaram de alguma forma aquela consciência. Embora a aliança entre os dois totalitarismos haja sido recomposta com a assinatura do Pacto Germano-soviético, em 1937, a invasão da União Soviética pela Alemanha, em 1941, e o ingresso desta na Aliança Ocidental criou a ilusão de que o regime soviético poderia caminhar no sentido da democracia. O seu empenho de domínio da Europa, nos anos subseqüentes ao término da guerra, acabaria evidenciando o irrealismo daquela expectativa. Neste particular é que o livro de Popper tornou-se um verdadeiro marco, ao identificar e criticar os fundamentos doutrinários dos inimigos do sistema democrático representativo vigente nos principais países do Ocidente, que batizou com a feliz expressão de *sociedade aberta*.

Com *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*, Popper notabilizou-se igualmente como pensador político. Sua proposta fundamental consiste em aplicar, à organização social, o mesmo método que desenvolveu em relação à ciência. Se o crescimento desta depende da derrota do dogmatismo, também a democracia não pode sobreviver à existência de verdades irrefutáveis. A sociedade aberta é uma conquista da civilização, corresponde ao sistema concebido e praticado pelo homem maduro, que recusa ser tratado como criança pelo Estado, aceita todas as suas responsabilidades – entre as quais inclui não apenas direitos mas também deveres –, reconhece a impossibilidade do paraíso terrestre e desdenha das utopias socialistas.

No entendimento de Popper, a civilização começa com sociedades fechadas, organizadas em bases tribais, repousando as relações sociais na rigidez dos costumes,

geralmente fundados em crenças mágicas. Na Grécia iniciou-se uma outra experiência de criar um espaço para a responsabilidade pessoal. A obra de Platão está destinada a obstar essa mudança. Popper enxerga na teoria política platônica a origem do totalitarismo, razão pela qual submete-a a uma crítica profunda.

Platão desenvolve a teoria de que os seres e as instituições existentes são cópias imperfeitas de idéias imutáveis, cumprindo reconstituí-las como ideal a fim de dispor de uma espécie de arquétipo. No caso do Estado, o ideal deveria refletir aqueles aspectos presentes aos Estados existentes. O critério para identificá-los consiste nas estruturas que se tenham revelado mais duradouras, isto é, que impeçam as mudanças. A origem destas provém da desunião da classe governante, cumprindo, portanto substituí-la pelo sábio (filósofo). O modelo que estaria mais próximo do Estado ideal seria Esparta, onde vigorava uma espécie de ditadura dos mais experientes.

Em sua obra fundamental, *A República*, o remédio de Platão consiste numa operação de enquadramento da sociedade de forma que nesta não venha a prosperar qualquer espécie de individualismo.

Segundo Popper, coube a Hegel proceder à reelaboração moderna do totalitarismo platônico, tendo se tornado o “elo perdido” que permite identificar as origens do totalitarismo em nosso tempo. Como Platão, Hegel irá ocupar-se em sua obra de demonstrar que o Estado é tudo e, o indivíduo, nada. Sua doutrina mereceu de Popper caracterização e análise exaustivas.

Tal é, no entendimento de Popper, o verdadeiro suporte do marxismo. Na sua abordagem das idéias de Marx, torna-se patente o equívoco da suposição, algo difundida no Ocidente, de que o bolchevismo corresponderia a uma distorção do “humanismo” de Marx. Popper demonstra que Marx apóia-se numa consideração apresentada como sendo resultante da experiência histórica mas que, de fato, não passa de um determinismo sem qualquer suporte científico. No livro estão considerados ainda o economicismo, a luta de classes, a teoria de que o Estado é uma espécie de comitê da classe dominante, o advento do socialismo, a revolução social e o relativismo moral.

Logo na Introdução de *A sociedade aberta e seus inimigos*, Popper pergunta: “Porque todas essas filosofias sociais sustentam a revolta contra a civilização? Qual o segredo de sua popularidade. Porque atraem e seduzem tantos intelectuais”. A seu ver, duas seriam as razões básicas. A primeira seria a profunda insatisfação com um mundo que está longe de corresponder aos nossos ideais morais e aos nossos sonhos de perfeição. Ainda que a perfeição seja um atributo da divindade, inacessível à pessoa humana, aqueles que preferem viver no mundo da utopia valem-se dessa perspectiva para atacar a sociedade existente, desconhecendo a capacidade de aperfeiçoar-se, patente em suas instituições, despojando tal ataque de qualquer intenção construtiva. A segunda razão corresponderia ao fato de que, acreditando que a história estaria pré-determinada, sentem-se dispensados do ônus da responsabilidade pessoal..

Finalmente, Karl Popper repõe em seu devido lugar o papel da história. Nesse particular, cumpre ter presente que sua crítica ao que denomina de historicismo tem em vista a suposição de que haveria determinismos históricos. Na tradição anglo-saxônica o emprego do termo não induz a equívocos, o mesmo entretanto não ocorrendo na tradição latina. Nos países latinos há uma longa tradição historicista que consiste no inventário dos valores que caracterizam a cultura ocidental, justamente o que Miguel Reale (1910/2006) denominou de *historicismo axiológico*. Popper vale-se justamente dessa espécie de historicismo ao reivindicar para a sociedade aberta aqueles princípios que se fundam no valor da pessoa humana, uma das características distintivas de nossa civilização. Embora na tradução não coubesse adotar outro termo, cumpre levar em conta o sentido em que o emprega e de que tradição se louva para fazê-lo.

A Sociedade Aberta e Seus Inimigos inicia um ponto de inflexão a partir do qual a doutrina liberal encontrou o caminho que a levaria, nas décadas seguintes, a impor ao comunismo totalitário uma derrota que se espera seja definitiva.